

EMENDA Nº _____
(à MPV 995/2020)

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Parágrafo único. A autorização de que trata o art. 1º é válida a partir do fim da vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até 31 de dezembro de 2021.”

JUSTIFICAÇÃO

Nosso ordenamento legal, tanto constitucional como infraconstitucional, estabelecem que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado terá a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional. Toda a constelação de estatais desempenha um papel importante na economia nacional, com longas ramificações e diversos impactos diretos e indiretos.

Sob os efeitos da pandemia, a função social da ação estatal, através de investimentos, geração de postos de trabalhos e atuação direta contra os efeitos da pandemia é ainda mais importante. Com efeito, os impactos que a crise do coronavírus Covid-19 causarão na sociedade brasileira, e na economia nacional, ainda são de difícil previsão. De tal sorte, é inoportuno produzir grandes mudanças que desalojem ferramentas estatais de intervenção econômica e proteção da sociedade que possam se mostrar úteis no esforço de contenção da doença ou de mitigação de seus prejuízos decorrentes.

Logo, desinvestimentos não devem ser feitos durante a crise econômica e sanitária decorrentes da pandemia de Covid-19. Deve-se, sim, se concentrar em fazer com que as empresas públicas cumpram sua função social e estratégica. Superado o desafio, e diante de uma perspectiva mais clara sobre

como estará configurada a economia brasileira, essas operações poderão então ser realizadas - mediante autorização legislativa prevista em lei.

Senado Federal, 11 de agosto de 2020.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)

